

Seu direito

Introdução

Este manual irá te dar o passo a passo de como se ganhar dinheiro processando instituições diversas, normalmente as mais facilmente “processáveis” são as concessionárias de serviços públicos, grandes empresas, bancos e afins.

As dicas que eu darei são completamente legais, e não dão o menor trabalho.

Algumas se baseiam simplesmente no que a lei diz, outras vêm da lógica que se você percebe um erro, ignore-o, espere-o acontecer e processe.

Todos os processos descritos por mim não requerem, necessariamente, a presença de advogados, embora possam ser usados se assim se desejar.

O que acontece é que muitas das minhas dicas servem única e exclusivamente para tirar dinheiro fácil dos bancos e se você fizer uso de um advogado particular pode parecer que você apenas quer ganhar dinheiro se utilizando da justiça.

Nós sabemos que isso é verdade, mas o juiz não precisa pensar assim. Quando você faz uso do Tribunal de Pequenas Causas de forma pública e gratuita, passa uma maior impressão de vítima.

Sem falar no fato de que o referido juiz já julgou centenas de casos semelhantes aos seus dando ganho de causa ao cliente em praticamente todos.

No Tribunal de Pequenas Causas a sua defesa é feita pelo advogado pago pelo estado, o que dá uma maior legitimidade ao seu caso. Pelo menos em casos como os de Defesa do Consumidor, que é do que se trata este manual.

Serão citados diferentes problemas recorrentes e formas de ganhar dinheiro com eles, divididos em Concessionárias de Serviços Públicos, Bancos e Administradoras de Cartões de Crédito, Empresas de Cobrança e DETRAN.

Irei mostrar de que forma a lei se coloca em relação ao problema e como caracterizar o dano moral, que embasará o seu pedido de indenização que pode chegar a até 40 salários mínimos. Caso você decida usar a justiça comum pode pedir bem mais, porém é de se julgar se vale a pena. Por exemplo, se você tiver o nome sujo incorretamente dificilmente ganhará mais de R\$ 5000,00 ou R\$ 6000,00, a não ser que hajam atos vexaminosos envolvidos.

Veremos com calma estes detalhes.

Também ensinarei como maximizar o seu problema de modo que ele venha a parecer bem maior do que é realmente, garantindo um maior valor indenizatório.

É necessário ter em mente que os juízes dos Juizados Especiais (Tribunal de Pequenas Causas) normalmente tendem a dar ganho de causa para o consumidor, que tem a vantagem legal de ser a parte mais fraca. Nestes casos, que são a maioria, cabe ao Réu (empresa que está sendo processada) o ônus da prova.

Isto significa que embora seja você quem faz a acusação, cabe a parte ré (empresa que está sendo processada) provar que você está errado.

Iremos nos valer de todos estes expedientes para retirar em dinheiro tudo o que a lei nos garante.

Ganhe processos de Concessionárias de Serviços Públicos

Cobrança de cota mínima ou valor estimado

A cobrança de quota mínima é ainda alvo de muita controvérsia, embora seja considerado ilegal consta do contrato das empresas e elas alegam que por esta razão pode ser cobrada até o fim dos contratos, que normalmente é de 20 anos.

Existem pessoas que estão acionando por causa desta taxa, mas não é uma causa garantida. Isto no caso de concessionárias de Luz e Telefone.

Nas de água não há esta cobrança, o que ocorre é que quando não há medição constante as empresas arbitram valores considerados mínimos, fazendo com que casa de bairros inteiros tenha o mesmo valor mensal para pagar.

Este fato é certamente ilegal, não há contestações. Neste caso você terá direito ao dobro do valor pago. Para receber de volta o seu dinheiro basta guardar os recibos e pedir de volta o dobro do valor pago.

A partir do momento da ação a empresa não poderá mais te cobrar pelo serviço a não ser que haja a aferição mensal e você pague o valor correto.

Neste caso não há dano moral envolvido.

Interrupção do serviço prestado

Caso qualquer serviço pago seja interrompido não importa por qual motivo, existe o dano moral. Seja Luz, gás, água ou telefone. Não importa se caiu uma árvore, houve curto no país inteiro, não importa. Os mais facilmente identificáveis são luz e água, que são considerados essenciais (gás também, mas é difícil faltar gás de rua).

Caso falte a luz por um dia que seja, você pode entrar com ação.

Você deve aumentar a importância do seu dano:

Alegue calor excessivo e diga que por isso passou a noite em claro;

Se possível vá dormir em um Motel, pegue o recibo, vitória na certa; Junto com estes motivos mais sérios alegue que não pôde ver o jornal ou a novela, ou ainda uma série de TV; Caso algum eletrodoméstico seu seja queimado é melhor ainda e mais fácil, leve-o imediatamente após o pico de luz a três lojas diferentes para atestarem o defeito e fazerem um orçamento e alegue sempre a importância daquele eletrodoméstico na sua vida, sempre diga que o aparelho em si era o único e qual atendia a várias pessoas:

Televisão - diga sempre que era a única na casa e você ficou (ou está) há dias sem assistir aos noticiários, estando fora de tudo o que acontece no mundo;

Computador - diga que usa o computador para trabalhos informais e que, portanto não pode fornecer o recibo, cite vários trabalhos que você deixou de executar devido ao defeito;

Ventilador - Alegue calor excessivo para a família, se houverem crianças pequenas não se esqueça de falar isso ao juiz;

Ar condicionado - Alegue calor excessivo para a família, se houverem crianças pequenas não se esqueça de falar isso ao juiz;

Cafeteira - diga que ninguém sabe fazer café e que não toma café desde então;

Micro-ondas - diga que a maioria da comida da sua casa é de micro-ondas, pois as pessoas não sabem cozinhar.

A lista pode ser enorme, então vou parar por aqui, mas você já aprendeu o espírito da coisa. Se você quiser comprar outro aparelho, anexe o pagamento deste ao processo.

Contas diferentes do padrão

Você tem um perfil de usuário montado, ou seja, se você gasta 100 KW de luz praticamente todo mês durante algum tempo, a conta não pode vir 2000 KW em certo mês.

Para ganhar dinheiro em cima disto você tem dois caminhos;

Pague e entre na justiça pedindo o dobro do valor pago;

Não pague, seu nome será incluído em cadastros de inadimplentes. Quando isto acontecer tire o extrato no SPC ou SERASA com o seu nome e anexe ao processo.

A partir daí você pode pagar a dívida, seu nome será excluído das listas de inadimplência, porém ele foi incluído. Você entrará com ação alegando que seu nome foi sujo indevidamente, já que você não reconhece a sua dívida naquele valor.

O juiz te dará ganho de causas com relação ao alto valor da dívida e conseqüentemente em relação à " negativação " do seu nome, mesmo que por período curto de tempo.

Caso o seu nome ainda conste no cadastro de inadimplentes, ele será imediatamente retirado.

Tente conseguir em uma loja uma declaração de que você foi pedir crédito (um financiamento qualquer, emitir cheque, etc.) e este foi negado. Pode ser uma carta manuscrita, mas se houver logotipo da loja melhor, os lojistas normalmente fornecem.

Neste caso também pode ser alegado que houve situação vexaminosa, aumentando o valor da indenização.

A mesma lógica da conta de luz serve para o telefone, se de uma hora para outra aparecer ligações interestaduais, internacionais ou celulares excessivos aumentando exageradamente o valor da conta, siga o mesmo padrão.

Processe.

Furtos de Energia (gatos)

Não estou nem um pouco preocupado se você furtou ou não energia e sim com a ilegalidade do ato. Imagine o fato; a concessionária de energia elétrica alega que há alguma ligação clandestina na sua residência, o popular "gato".

A partir daí ela leva o relógio embora e o substitua por outro.

Realiza testes e normalmente sobra uma conta altíssima para pagar, ela manda um carnê para ser pago à vista e se não pagar terá a luz cortada. Ilegalidades:

O relógio permanece anos "funcionando" sem receber nenhum tipo de manutenção da empresa concessionária, o que significa que se o seu relógio está andando mais devagar (por exemplo) a empresa não pode dizer que você o alterou ou mandou alterá-lo, é uma acusação infundada, já que não houve flagrante do ato de adulteração.

A " perícia " é feita pela própria empresa, o que é ilegal. A parte interessada não pode dar ganho de causa a ela mesma. A suposta " perícia " deveria ser feita por empresa idônea (normalmente subordinada ao poder público) e sem vínculo nenhum com a concessionária. Este fato por si só serve para excluir o fator " relógio adulterado " da ação, sem o relógio como prova não há prova alguma;

Caso sua decisão seja a de pagar a conta entre na justiça (PROCON) pelo parcelamento de 1% (mais adiante ensino a calcular o valor correto da dívida), sempre a perder de vista, use e abuse do seu direito.

Ganhe processos de Bancos e Administradoras de Cartões de Crédito

Desconto de valor mínimo

Existem cartões de crédito, normalmente vinculados a bancos, que quando a fatura não é paga no vencimento debitam o valor de pagamento mínimo da fatura diretamente de

sua conta corrente após alguns dias (sete normalmente). O débito é feito pelo banco em questão e é este que deve ser acionado.

Neste caso você terá direito ao dobro do valor debitado, pois foi um desconto indevido. Neste caso, você não está questionando a dívida e sim o débito feito e sua conta, o cartão deverá ser pago em algum momento posterior.

Embora você pense que isto é uma imoralidade, a justiça não vê a coisa deste jeito e não considera este fato isolado como um dano moral.

Mas de que forma este fato pode se tornar um dano moral?

O dano moral será caracterizado se o débito causar algum problema ao correntista.

Imagine que você passe um cheque a um amigo e este seja devolvido por falta de fundos, fundos estes que existiam antes do débito. Resumindo, se o débito não ocorresse o cheque seria compensado.

Imagine que na sua conta haja um saldo de R\$ 300,00 e o débito ilegal do banco foi de R\$ 250,00. Se o seu amigo for sacar um cheque de R\$ 100,00 não haverá fundos:

Saldo: R\$ 300,00

Cheque: R\$ 100,00

Saldo: R\$ 50,00

- R\$ 50,00 (saldo insuficiente, o cheque é devolvido)

Aí sim está caracterizado o dano moral. Se puder leve este amigo à audiência mas jamais fale que ele é seu amigo. Diga apenas que é um conhecido e você comprou um produto dele, tendo o cheque devolvido e causando constrangimento para ambas as partes.

Lembre-se de que o limite de indenização é de 40 salários mínimos.

Débito ilegal: R\$ 250,00

Descontos Indevidos

Qualquer tipo de débito que ocorra em sua conta sem sua autorização é considerado um descontos indevido, e se cair no caso anterior é passível de dano moral.

Sempre que qualquer valor for debitado erradamente, não importa se o banco te restituiu ou não, entre com a ação e diga a falta que o dinheiro fez naquele período em que você ficou sem ele. Por exemplo, um crime muito comum hoje são saques eletrônicos em sua conta, esses saques são distribuídos entre várias contas diferentes e fica difícil rastreá-los. O banco normalmente identifica o crime e restitui o cliente, porém, normalmente leva mais de um mês. Caso você seja vítima disto processe, o dinheiro é seu e deveria estar na conta. Se não está falha na segurança do banco. Não é problema seu processe e ganhe dinheiro.

Venda Casada

Outra prática lesiva e muito utilizada pelas instituições de uma maneira geral é a venda casada, ou seja, o vínculo de venda de um produto à venda de outro.

São vários os exemplos e muitas pessoas fazem, mas lembre-se de que é mais difícil e cansativo processar pessoa física e pequenas instituições, processe somente os grandes. Veja:

Garantia de um pneu novo vinculado à troca do “birro” e cambagem da roda;

Cinemas e afins que proíbem o consumo de produtos de outra origem que não seja do estabelecimento no interior destes;

Empréstimo só é concedido quando se faz um seguro de vida ou plano de capitalização.

Podemos ver que existem muitos exemplos, em vários níveis.

No caso do empréstimo, faça a denúncia no PROCOM e de posse disto entre com a ação por danos morais. Não precisa necessariamente do registro no PROCON, mas isto garante uma maior legitimidade ao caso.

No caso do cinema, chame a polícia, faça questão de perder a sessão de cinema tentando resolver o problema, faça a ocorrência. Conte tudo o ocorrido durante o processo, não se esqueça de guardar os ingressos não usados para anexar ao processo.

No caso do borracheiro, esqueça. Difícilmente você vai arrumar alguma coisa.

Juros Excessivos

Este é o mais famoso e comum motivo de processos.

Os cartões e bancos são condenados por usura, cobrança de juros exorbitantes.

Devemos lembrar que os juros legais são de 1% ao mês, seja no cartão de crédito ou cheque especial. Não se enquadra neste ponto a tomada de empréstimos, mesmo que a juros altos, você até pode iniciar um processo por este motivo, porém é mais difícil de ganhar. Quanto aos cartões e bancos é quase garantido.

Neste caso você irá pedir o estorno dos juros. Ou seja, pedirá de volta tudo o que você pagou de juros acima de 1% ao mês.

Para ingressar com a ação basta pedir todos os seus extratos ou apenas a partir da data em que você começou a efetuar pagamentos mínimos (onde incidem juros), parece complicado mas não é. Vou simular uma fatura bem simples de cartão:

Fatura:

Posto de Gasolina R\$ 50,00

Supermercado R\$ 150,00

Departamentos R\$ 100,00

Posto de Gasolina R\$ 50,00

Cinema R\$ 100,00

Supermercado R\$ 350,00

Departamentos R\$ 100,00

Posto de Gasolina R\$ 100,00

Saldo Final R\$ 1000,00

Caso você não possa pagar, o cartão cobrará juros de 10 % a 12 % ao mês. Vamos supor juros de R\$ 100,00 (10 %). Imagine isto por dois anos.

Mais de 2000 reais a receber.

Na ação este cálculo será realizado pela justiça e a diferença será dada para você em dinheiro. Por exemplo, imagine que você, pagando mínimo sempre, tenha mantido o seu cartão com a fatura por volta de mil reais. Se você tiver R\$ 2000,00 de restituição, receberá R\$ 1000,00 da administradora do cartão.

Na verdade, o contador irá somar todos os produtos das suas faturas e lançar os juros de 1% ao mês ao invés dos tradicionais 10 % a 12 %.

A mesma lógica vale para o cheque especial, se você ficar muito tempo pagando juros de cheque especial, processe.

Vamos aprender a calcular o real valor de uma dívida. É muito fácil. Devemos lembrar que os juros cobrados não podem ultrapassar 1% ao mês, acima disso é considerado usura.

Caso ainda falte débito para você utilize seus direitos e parcele tudo, sempre a 1%. Você pode processar a instituição com o cartão em uso ou com a dívida já parada por cancelamento de cartão, etc.

Se quiser fazer um cálculo mais exato e calcular por dia é só dividir 1% por 30dias, resultando 0,0333% ao dia, porém normalmente não é necessário. Basta o fator mensal.

Exemplo: um débito de R\$ 1000,00 de dois anos e meio atrás (30 meses passados).

Pode ser um cheque, uma prestação, um carnê ou qualquer débito possível. Ao valor inicial serão acrescidos 30% (30 meses):

1000,00 (inicial) x 30 (nº de meses em atraso)

100 (este valor não muda, é da fórmula)

$1000,00 \times 30$

100

Logo, o valor total será de $1000,00 + 300,00 = R\$ 1300,00$ de débito.

Lembre-se de que você pode pedir para parcelar este valor, não se acanhe.

Parcelar em 01 ano (12 meses) - basta fazer o mesmo procedimento para encontrar o valor final e dividir por 12, que será o valor de cada parcela:

1300 (valor já acrescido de juros) $\times 12$ (número de parcelas) $= 1300 \times 0.12 = 156$

100

Valor total: $1300 + 156 = 1456$, ou seja, 12 parcelas de 121,33.

$= 1000 \times 0.3 = 300$ este é o valor máximo de juros;

Parcelar em 2 anos (24 meses) - basta fazer o mesmo procedimento para encontrar o valor final e dividir por 24, que será o valor de cada parcela:

1300 (valor já acrescido de juros) $\times 24$ (número de parcelas)

1000 Valores totais: $1300 + 312 = 1612$, ou seja, 24 parcelas de 67,16.

Parcelar em 3 anos (36 meses) - basta fazer o mesmo procedimento para encontrar o valor final e dividir por 24, que será o valor de cada parcela:

1300 (valor já acrescido de juros) $\times 36$ (número de parcelas) 1000 Valor total: $1300 + 468 = 1768$, ou seja, 36 parcelas de 49,11 Isto é o que diz a lei. Use. Não seja enganado. Se sua decisão for não pagar, não pague, já te mostrei como. Mas se for pagar pague apenas o que deve.

Lembre-se de que á estes cálculos não podem ser acrescidos custos em advogados, protestos ou afins. Você só deve pagar este valor e nada mais. Quaisquer custos que possam ter havido são por custa do credor. É o que diz a lei.

Envio de cartões que não foram pedidos

Caso receba em sua casa um cartão de crédito que não foi solicitado, não importa se ele só será debilitado após o primeiro uso, após ligar para a instituição, etc.

A lei é clara, cartões de crédito não podem ser enviados à clientes ou não clientes se não houverem sido solicitados pelos mesmos. Processe. Peça indenização.

Pode parecer um motivo bobo, mas quando isto ocorre o seu cartão pode ser extraviado com seus dados pessoais, colocando seu nome em risco (seu cartão pode ser roubado dos correios e clonado, por exemplo gerando aborrecimentos) .

Não perca a oportunidade de processá-los, pois se um dia você passar por dificuldades, eles não hesitará em negativa seu nome e te privar do seu crédito.

$$= 1300 \times 0.36 = 468$$

$$= 1300 \times 0.24 = 312$$

Ganhe processos de Empresas de Cobrança Ligações Ameaçadoras

Por lei nenhuma dívida pode ser cobrada de forma a coagir, humilhar ou expor o devedor ao ridículo, desta forma se você sentir que a ligação está passando dos padrões do correto tome uma atitude. Ameaça processá-los e eles se intimidarão.

Este tipo de fato é difícil de ser provado, pois se você levar isto ao juiz será sua palavra contar a dele (cobrador), por isso, se você estiver passando por este problema grave suas ligações.

O aparelho não é tão caro (cerca de R\$ 100,00), considerando a indenização que você pode ganhar (40 salários mínimos), o custo benefício é excelente. Ligações para o trabalho e Recados em ambientes de trabalho.

Embora o cobrador possa ligar para sua empresa, este só pode falar com você e deixar recados nominais, do tipo, "ligar para Adriana Braga no telefone XXXXXX".

Ele jamais pode dar o nome da empresa pois te expõe perante seus colegas. Por exemplo, se alguém liga e diz que é do "Banco Cacique" ou outra empresa de crédito qualquer todos no seu ambiente de trabalho já suporão que você está passando por dificuldades financeiras.

Isto é te expor. Caso a pessoa exponha o conteúdo do assunto no seu local de trabalho a ilegalidade é clara. Basta levar uma testemunha do seu trabalho, não precisa ser quem pegou o recado, mas apenas quem tenha ouvido as brincadeiras. Quando este se apresentar NUNCA deve dizer ser seu amigo e sim "colega de trabalho", este é o termo.

Lembre-se de dizer que no seu ambiente de trabalho a sua imagem é importantíssima e que isso pode afetar suas pretensões profissionais. Mencione que você foi vítima de chacotas e brincadeiras por parte dos outros. E que sua testemunha confirme.

Ganhe processos contra o DETRAN

O DETRAN é uma novela a parte, por esta razão existe um anexo dedicado só a ele.

Neste anexo você aprenderá como retirar a maioria de suas multas e afins e também poderá vender este produto a outras pessoas.

O DETRAN desrespeita inúmeras leis e ainda tem o aparato do poder público em seu favor. Ele desrespeita leis básicas de qualquer local e não recebe nenhum tipo de punição.

Infelizmente, o DETRAN usa o fato de que ele mesmo julga os seus próprios erros e nunca tem punição. Você até pode ser inocentado por algum crime que o DETRAN tenha te acusado de cometer, mas jamais será indenizado por isto se apelar a este órgão. Ele

considera que é sua obrigação se defender e provar sua inocência, e jamais irá te indenizar por você ter perdido um ou mais dias entre idas e vindas ao órgão para fazer isto.

Para tirar dinheiro do DETRAN, você deve recorrer à justiça comum.

Um fato que eles sempre alegam é que o DETRAN é apenas um receptor de informações, se você tem uma multa que não aceita é problema seu com a polícia ou prefeitura.

Mentira, você não é obrigado a procurar seja lá quem for, se você lida com o DETRAN, é ele que responderá pelo seu processo. Se depois ele achar que isto é responsabilidade de outrem e quiser passar as custas processuais para este, é problema dele.

Processe o DETRAN, sempre. E na justiça comum, é o que vamos ver.

No anexo, você aprenderá a usar os erros que o DETRAN e as autoridades policiais cometem para cancelar suas multas de trânsito. Existem exemplos de recursos prontos e vários "motivos" para que se consiga a anulação das multas, a maioria deles vem de erros de preenchimento por parte dos órgãos municipais, estaduais e federais.

Vale lembrar que recorrer de multas em um órgão que vive da arrecadação destas pode ser uma missão bastante ingrata.

Por isso lembre-se da justiça comum. Não importa se você já tiver perdido todos os recursos possíveis junto ao DETRAN, na justiça comum a história é outra e eles vão ser obrigados a "jogar" conforme as regras da lei. Tudo é descrito em detalhes neste anexo, leia-o com calma.

Impedimento de se fazer vistoria devido a multas

Não é à toa que eventualmente vem à mídia que todas as multas de muitos anos passados foram canceladas, recursos são impetrados pelos órgãos públicos visando fazer cumprir a lei vigente, o DETRAN normalmente recorre, para tentar manter a ilegalidade.

O ato de impedir a vistoria de um veículo devido a multas pode e deve ser questionado na justiça. Você só pode ser obrigado a pagar as pendências de seu carro se este estiver sendo vendido. Neste caso, o veículo deve estar sem multas e dívidas quaisquer.

O impedimento de se fazer a vistoria põe em risco a sua vida (já que o DETRAN alega que a vistoria visa manter o veículo em perfeitas condições, para preservar a vida de motoristas e pedestres). Você está tendo negado o seu direito de ter seu carro verificado por profissionais.

Vale lembrar que o aborrecimento que você teve com o órgão, "Streess", as idas que provavelmente você teve que dar a alguma agência do órgão, bem como outros danos causados pelo transtorno de ter que resolver um problema que, legalmente, não deveria existir; tudo isso pode e deve ser incluído em uma indenização por danos morais e materiais.

Fazer vistoria antes de terminar de pagar o IPVA Você deveria poder realizar a vistoria do seu veículo com apenas a primeira parcela do IPVA paga. Isto inclusive já é motivo de ações públicas contra o DETRAN, infelizmente ainda não finalizadas.

A razão é simples, você já imaginou se você vai até uma loja, parcela um produto em 12x e só recebe o mesmo após o pagamento da 12ª parcela. É absurdo até pensar.

Este órgão não pode supor que você não vai pagar. Se a primeira parcela foi paga, considera-se que o usuário irá pagar todas as outras até prova em contrário.

Ou seja, até que você fique devendo. De qualquer forma você terá de pagar para realizar a vistoria do ano seguinte ou vender o veículo. Haverá um momento em que esta dívida deverá ser paga, sem a necessidade de se jogar no lixo as leis vigentes.

Constar multa no impedindo a venda ou vistoria do veículo sem a defesa previa Você só pode ser considerado culpado de uma multa se perder os recursos disponíveis ou perder o prazo para os recursos. Quando você recebe uma multa esta jamais poderia entrar no sistema deles, deveria ser enviada a você para que todos os trâmites legais sejam percorridos.

Após sua derrota, esta deveria ser incluída. Também já existe ação sobre este assunto proveniente dos órgãos públicos para tentar fazer valer a lei, ainda em julgamento.

Você pode e deve pedir indenização devido aos aborrecimentos causados.

Impedir a vistoria do veículo devido a multas que ainda não venceu Ele faz isso, pasmem.

Se você tiver uma multa com vencimento em Maio e tiver que fazer a vistoria em abril, não conseguirá.

Ou você paga a multa e abre mão do seu direito de defesa ou permanece com o carro ilegal (sem a vistoria) e sendo sujeito aos problemas que possam vir a ocorrer, como ser flagrado em " Blitz " policiais com documentos atrasados, etc.

Este órgão não pode supor que você não vai pagar. Se a multa ainda não venceu, considera-se que o usuário irá pagar até prova em contrário.

Ou seja, até que você fique devendo. Haverá um momento em que esta dívida deverá ser paga, sem a necessidade de se jogar no lixo as leis vigentes.

Ganhe processo contra a Prefeitura

A prefeitura é responsável por inúmeros problemas que possam acontecer nas ruas de sua cidade. Para ganhar processos contra prefeitura e afins é bom sempre fazer uso de documentos emitidos por especialistas ou pelo menos fotos. Vejam alguns exemplos e como resolvê-los:

Queda de veículos em bueiros destampados;

Tire fotos do local da queda bem como do prejuízo ,utilize máquinas fotográficas de celulares, são excelentes para isso. Faça uso de reboques, mecânicos ou qualquer serviço que gere um documento que possa ser utilizado como prova na ação. Notas fiscais do concerto também servem. Peça indenização pela dano material e moral devido ao sofrimento e preocupação que lhe foi causado.

Queda de pessoas em bueiros destampados

Tire fotos do local da queda bem como do machucado, utilize máquinas fotográficas de celulares, são excelentes para isso. Faça uso de médicos, hospitais ou qualquer serviço que gere um documento que possa ser utilizado como prova na ação.

Notas fiscais destes profissionais bem como dispensas médicas devido ao acidente também servem. Peça indenização pelo dano material e moral devido ao sofrimento e preocupação que lhe foi causado.

Queda em buracos nas calçadas (desde que sejam de responsabilidade do poder público, pois algumas são de responsabilidade do morador);

Segue a mesma lógica e procedimento descritos acima

Prejuízos causados por enchentes sejam em sua casa, móveis ou eletrodomésticos. Não importa se choveu o equivalente ao ano todo em um dia, a responsabilidade é da prefeitura;

Deve-se fazer um orçamento de concerto de cada eletrodoméstico em três estabelecimentos diferentes, bem como o dano causado pela sua falta.

Alegue sempre a importância daquele eletrodoméstico na sua vida, sempre diga que o aparelho em si era o único e qual atendia a várias pessoas:

Televisão - diga sempre que era a única na casa e você ficou (ou está) há dias sem assistir aos noticiários, estando fora de tudo o que acontece no mundo;

Computador - diga que usa o computador para trabalhos informais e que não pode fornecer o recibo, cite vários trabalhos que você deixou de executar devido ao defeito;

Ventilador - Alegue calor excessivo para a família, se houverem crianças pequenas não se esqueça de falar isso ao juiz;

Ar condicionado - Alegue calor excessivo para a família, se houverem crianças pequenas não se esqueça de falar isso ao juiz;

Cafeteira - diga que ninguém sabe fazer café e que não toma café desde então;

Micro-ondas - diga que a maioria da comida da sua casa é de micro-ondas, pois as pessoas não sabem cozinhar.

A lista pode ser enorme, então vou parar por aqui, mas você já aprendeu o espírito da coisa. Se você quiser comprar outro aparelho, anexe o pagamento deste ao processo.

Danos causados em seu veículo, devido ao mau estado da via (neste caso pode ser municipal, estadual ou federal);

Segue a mesma lógica já descrita, fotografe, registre o fato e processe.

Danos causados em seu veículo, devido à queda de árvores.

Segue a mesma lógica já descrita, fotografe, registre o fato e processe.

Na maioria destes casos é sempre bom registrar a ocorrência em uma delegacia policial, esta atitude irá garantir a veracidade de seu relato.

Anexe ao processo.